

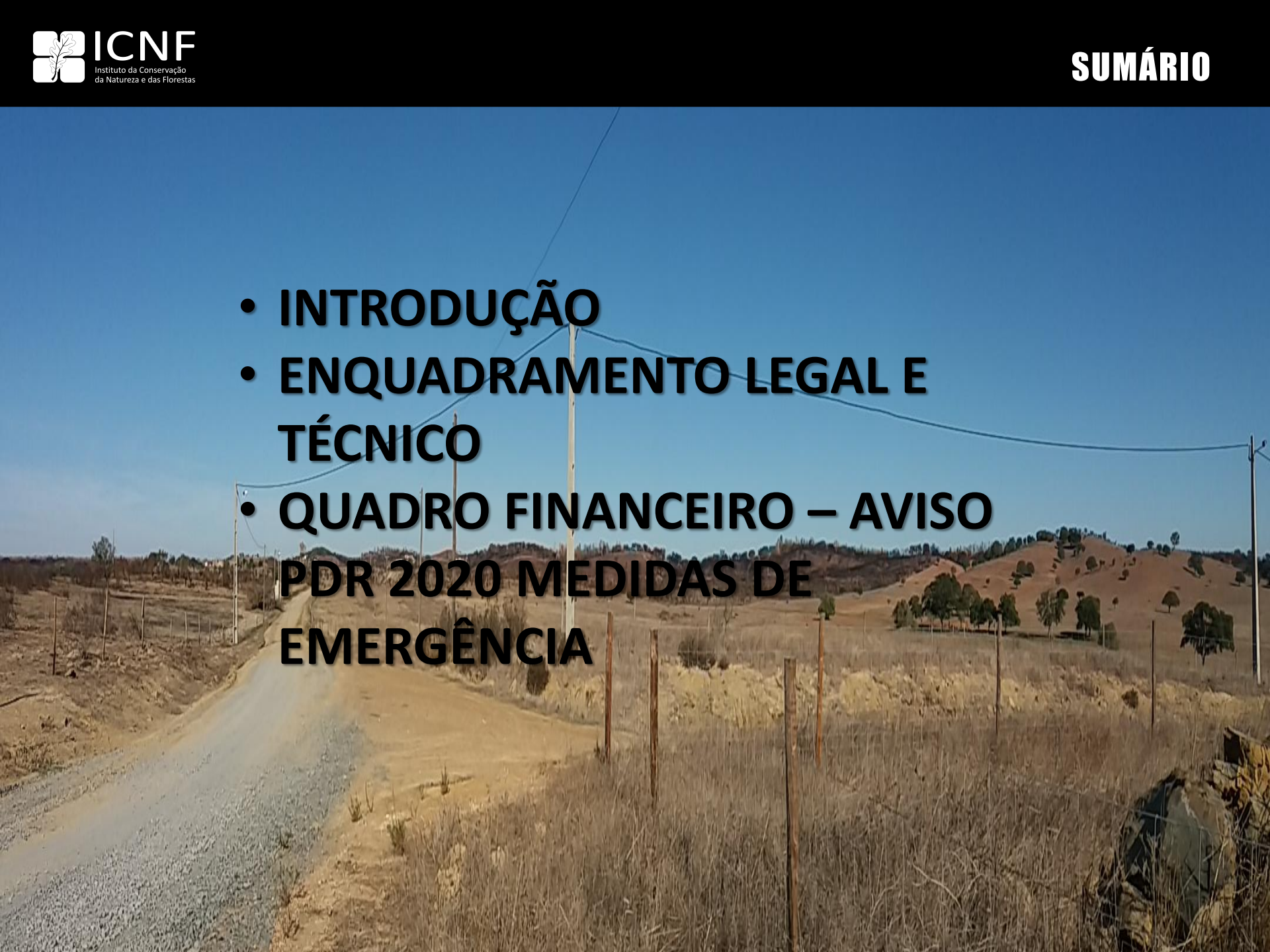


Enquadramento Legal e Técnico do Potencial Produtivo do Montado no Pós-Fogo

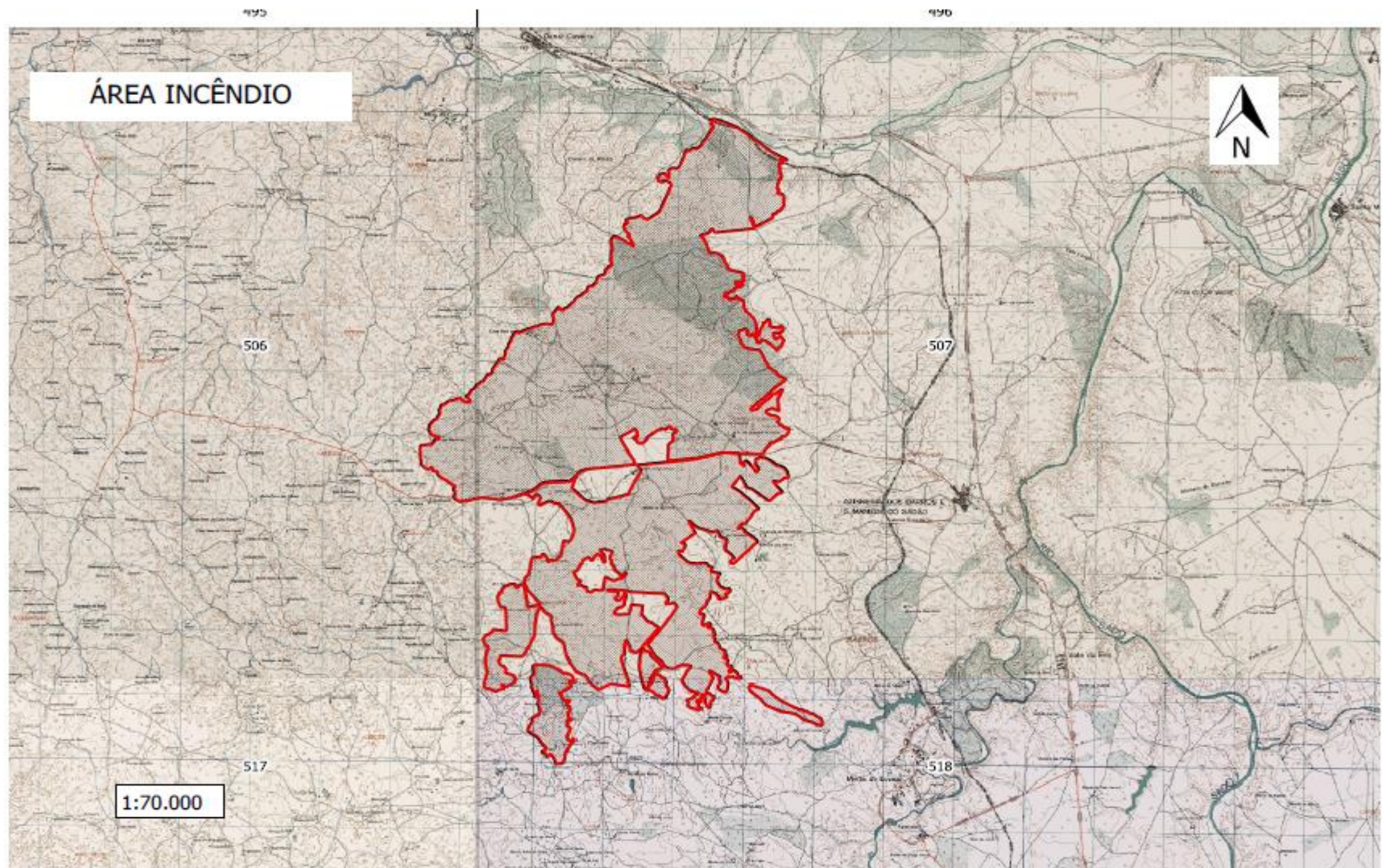
**Carlos Ramalho
Guilherme Santos**



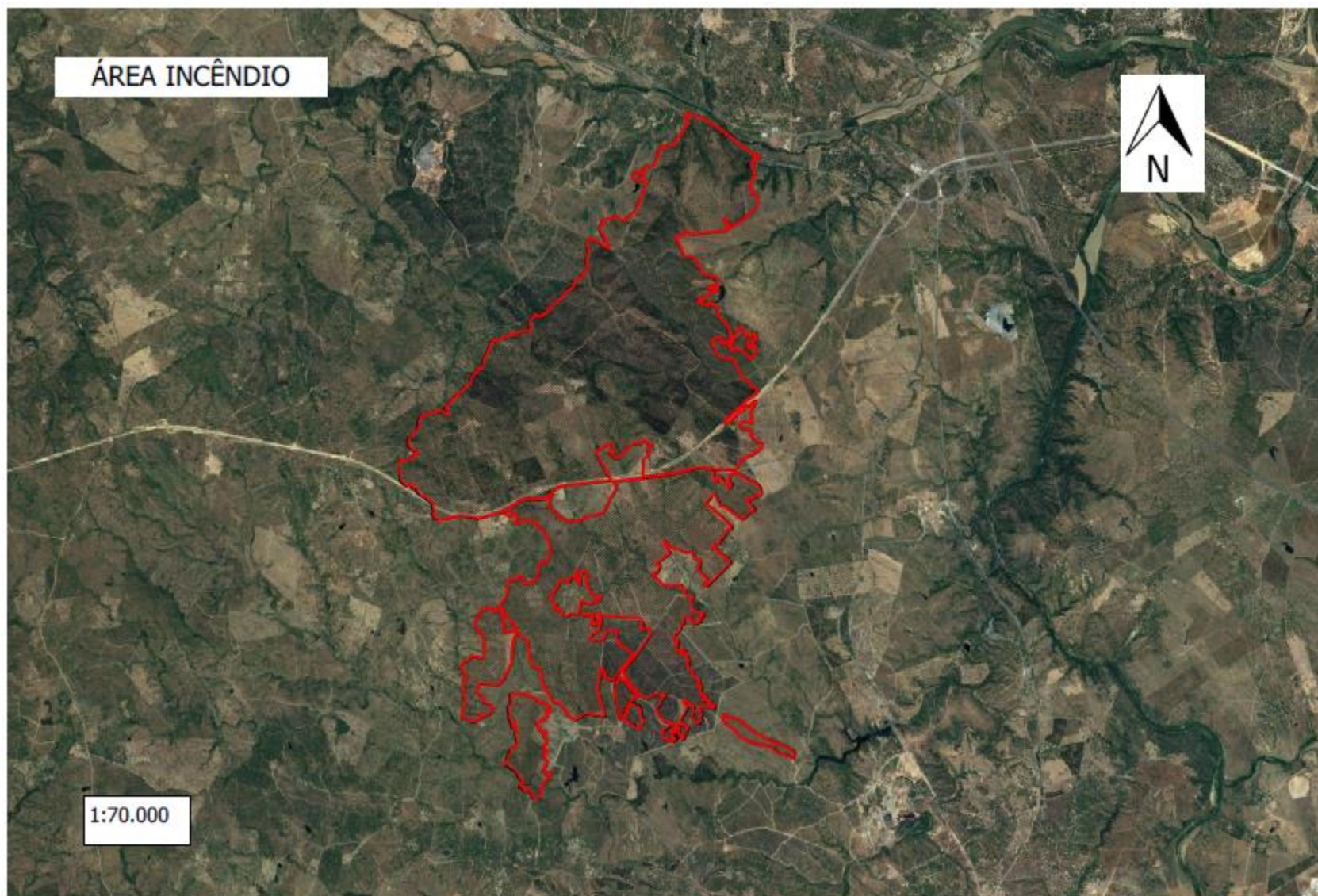
**Workshop – O Papel da Gestão agro-Florestal na Prevenção e
Recuperação Pós-Fogo em Montados.**
Grândola 23 de Novembro de 2017

- 
- **INTRODUÇÃO**
 - **ENQUADRAMENTO LEGAL E TÉCNICO**
 - **QUADRO FINANCEIRO – AVISO PDR 2020 MEDIDAS DE EMERGÊNCIA**

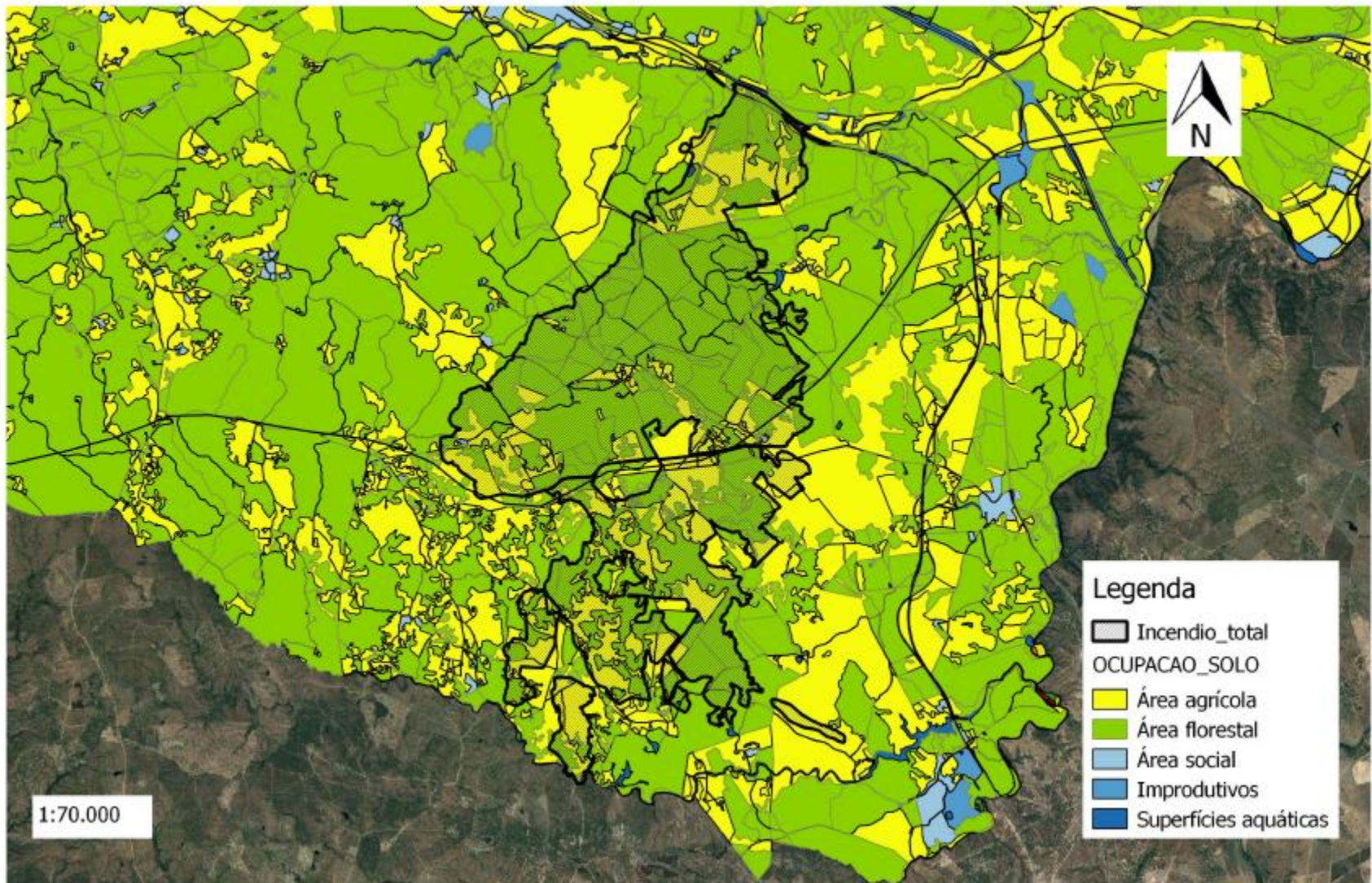
CARTOGRAFIA DA ÁREA ARDIDA - CM



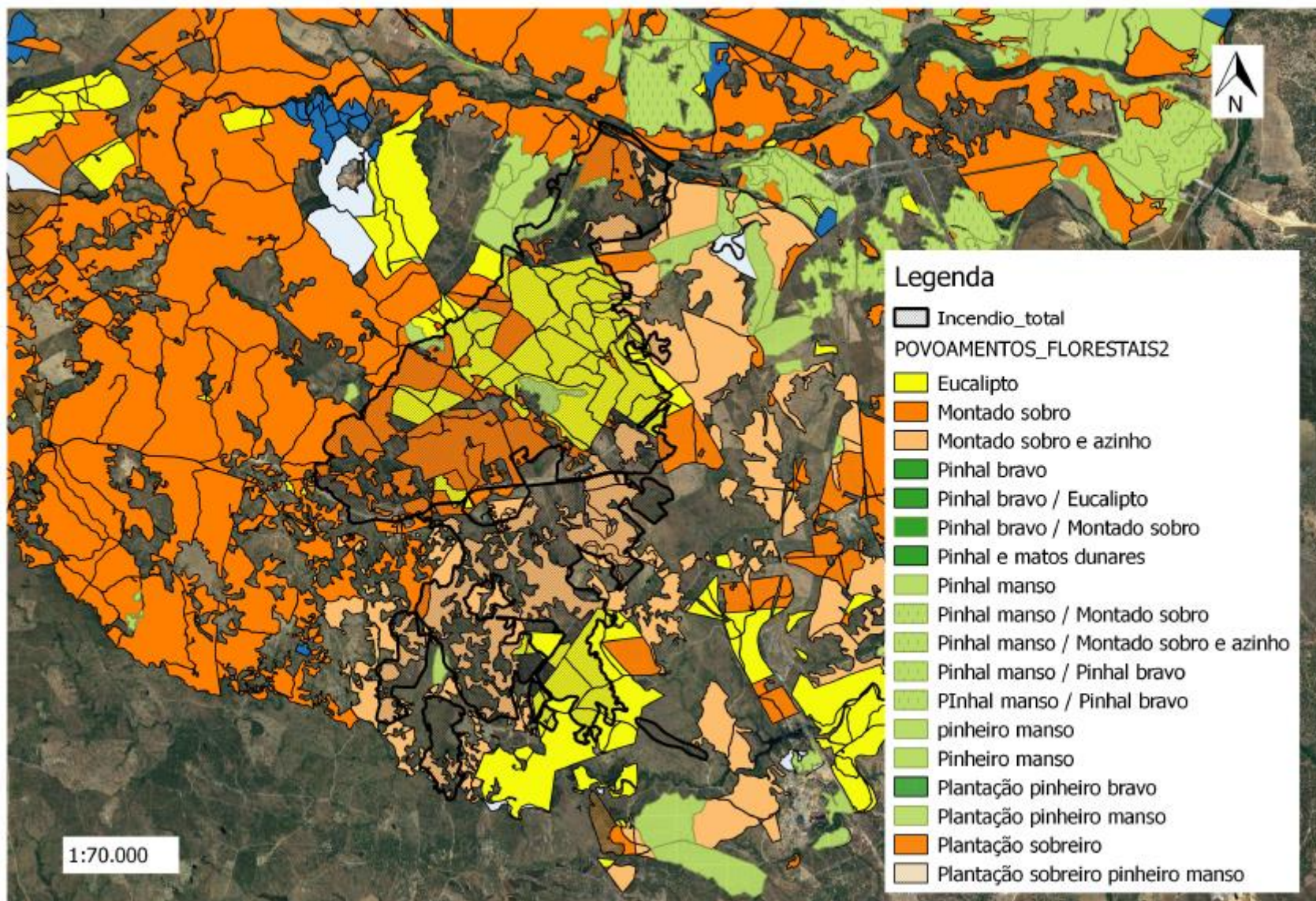
CARTOGRAFIA DA ÁREA ARDIDA - ORTOFOTOMAPA



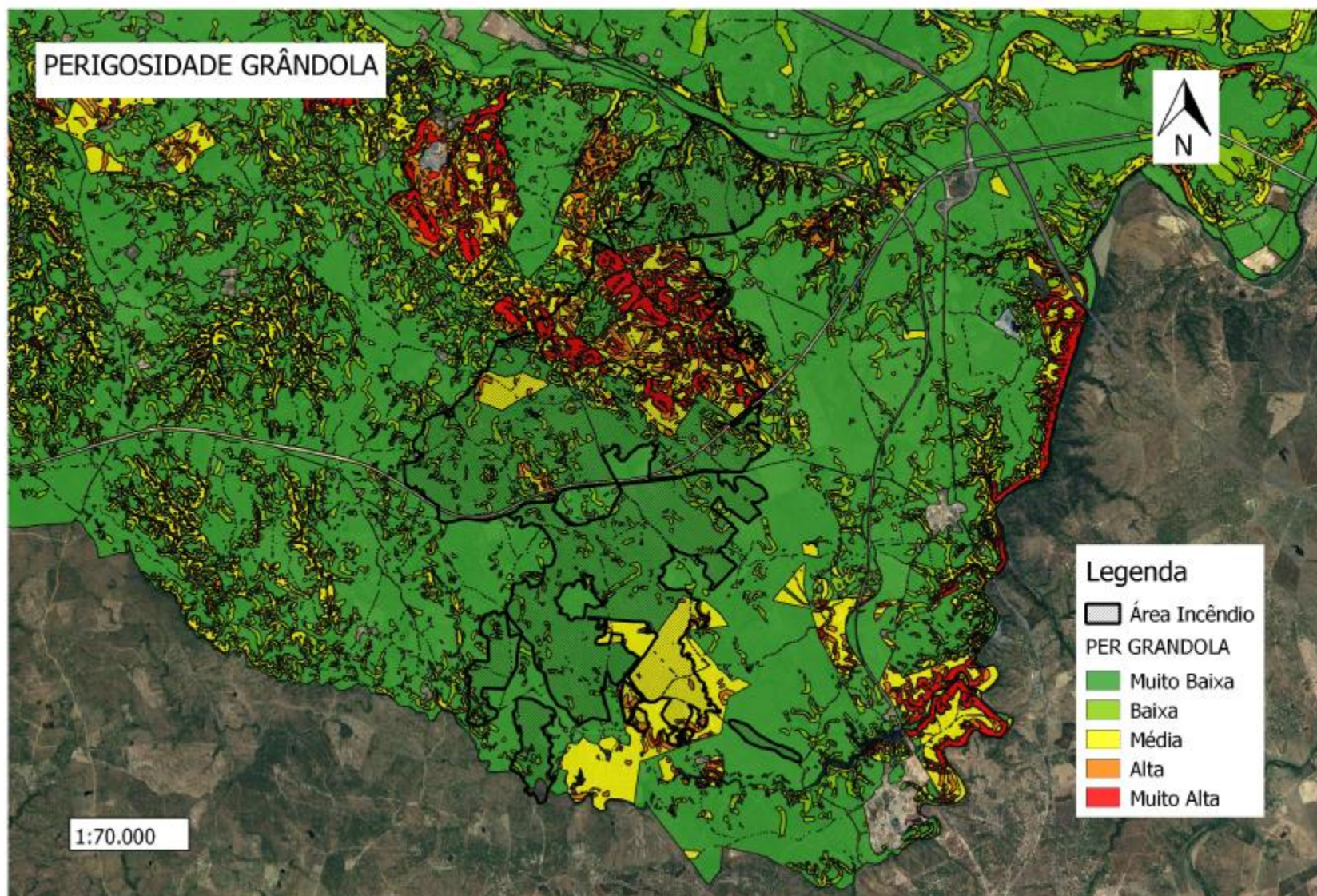
CARTOGRAFIA DA ÁREA ARDIDA – OCUPAÇÃO DO SOLO



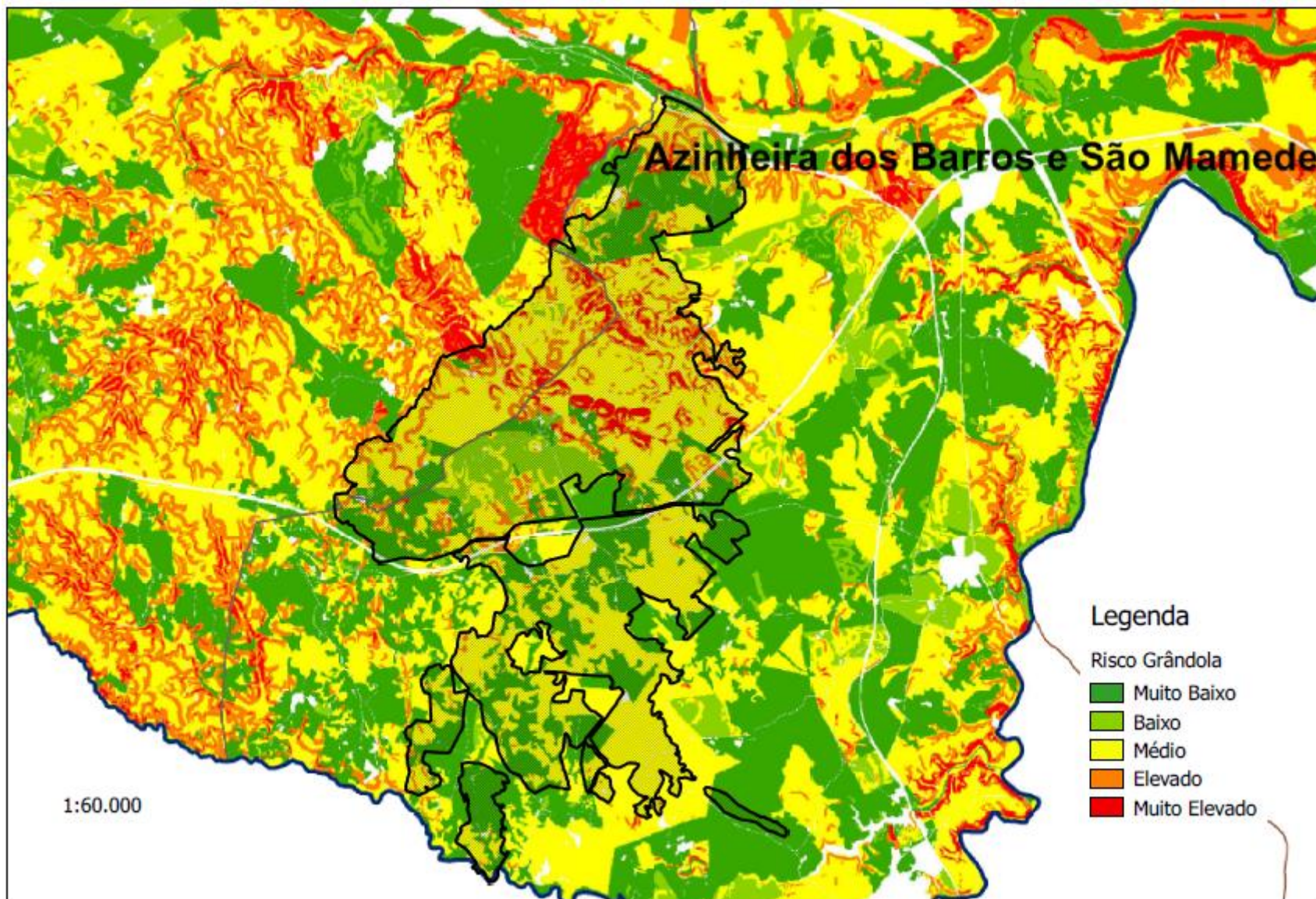
CARTOGRAFIA DA ÁREA ARDIDA – OCUPAÇÃO FLORESTAL



CARTOGRAFIA DA ÁREA ARDIDA –PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO



CARTOGRAFIA DA ÁREA ARDIDA – RISCO DE INCÊNDIO



☐ Diplomas legislativos sobre a proteção do Sobreiro (*Quercus suber*) e da Azinheira (*Quercus rotundifolia*)

. Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho

☐ Diplomas legislativos sobre as Medidas de Proteção aos Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios.

. Decreto-Lei n.º 327/90 de 22 de Outubro na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de Março

☐ Diplomas legislativos sobre as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

. Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho na redação dada pela Lei n.º 76/2017, de 17 de Março

Medidas de Proteção aos Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios.

. Decreto-Lei n.º 327/90 de 22 de Outubro na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de Março

Nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios, não incluídos em espaços classificados em planos municipais de ordenamento do território como urbanos, urbanizáveis ou industriais, ficam proibidas, pelo prazo de **10 anos (25 anos no caso do sobreiro e azinheira), um conjunto de ações:**

Proibições nos povoamentos percorridos por incêndio

- A realização de obras de construção de quaisquer edificações;
- O estabelecimento de quaisquer novas atividades agrícolas, industriais, turísticas ou outras que possam ter um impacto ambiental negativo
- **A substituição de espécies florestais por outras técnica e ecologicamente desadequadas;**
- O lançamento de águas residuais industriais ou de uso doméstico ou quaisquer outros efluentes líquidos poluentes;
- O campismo fora de locais destinados a esse fim.

Durante o prazo de 10 anos a contar da data de ocorrência do incêndio, não poderão ser revistas ou alteradas as disposições dos planos municipais de ordenamento do território ou elaborar-se novos instrumentos de planeamento territorial, por forma a permitir-se a sua ocupação urbanística.



MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E PROIBIÇÕES (DL 169/2001)

1. Rearborização (art.º 23.º)

Nos casos em que tenha ocorrido corte ou arranque ilegal de povoamento de sobreiro ou azinheira, o ICNF determinará a rearborização ou beneficiação da área afetada com as espécies previamente existentes.

2. Inibição de alteração do uso do solo (art.º 4º)

Ficam vedadas por 25 anos quaisquer alterações do uso do solo em áreas ocupadas por povoamentos de sobreiro ou azinheira que tenham sofrido conversões por incêndio, por cortes ou arranques não autorizados, por anormal mortalidade ou depreciação em consequência de ações ou intervenções prejudiciais.

3. Proibição de ações e atividades (art.º 5º)

Nos terrenos em que tenha ocorrido corte ou arranque ilegal de povoamento de sobreiro ou azinheira é proibido, por 25 anos a contar da data do corte ou arranque toda a conversão que não seja por motivos de imprescindível utilidade pública, as operações relacionadas edificações, obras de construção e de urbanização, etc., a alteração da morfologia do solo e do coberto vegetal e o estabelecimento de novas atividades.

**DL n.º 169/2001, de 25/05 alterado pelo DL n.º 155/2004,
de 30/06**

AUTORIZAÇÕES

☐ **CORTE/ARRANQUE DE SOBREIROS E AZINHEIRAS**

- ✓ Cortes de conversão e Desbastes
- ✓ Cortes/arranques por razões fitossanitárias
- ✓ Cortes/arranques noutras situações de coberto

☐ **PODAS**

☐ **EXTRAÇÃO ANTEXCIPADA DE CORTIÇA**

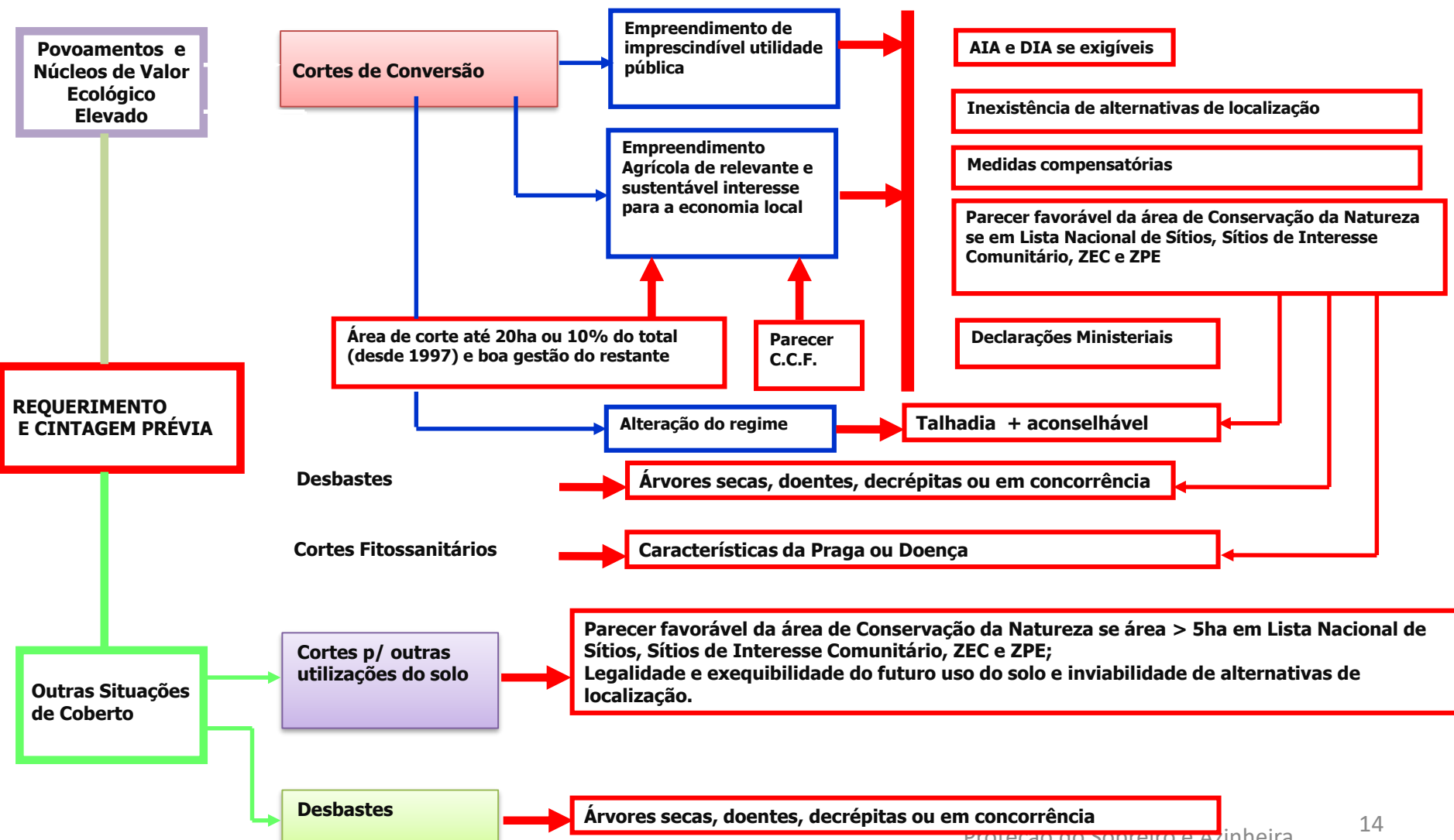
COMUNICAÇÕES **DESBASTES** previstos em plano de gestão aprovado com
antecedência de 30 dias

PROIBIÇÕES

AÇÕES E OPERAÇÕES

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

CORTE/ARRANQUE/EXIGÊNCIAS LEGAIS



CORTE/ARRANQUE EXIGÊNCIAS PRÉVIAS

- A autorização é requerida em formulário próprio
- As árvores que se pretende abater devem ser previamente pintadas (tinta branca e de forma indelével);

Obter formulário no Portal do ICNF:

<http://www.icnf.pt/portal/icnf/serv/f/ormularios/sobr-azinh>

REQUERIMENTO CORTE/ARRANQUE

EMISSOR UO

NÚMERO RA/NNN/AAAA

DATA DD / MM / AAAA

A preencher pelo Serviço Recetor

Registo de Entrada

IDENTIFICAÇÃO															preenchimento obrigatório														
NOME																													
RESIDÊNCIA																													
CÓDIGO POSTAL																													
TELEFONE																													
															Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL														

DESCRIÇÃO	
O Requerente acima identificado, na qualidade de (1) _____, solicita a V. Ex.ª autorização para proceder ao abate de(2) _____, tipo de ação(3) _____	
Por motivo de (4) _____, árvores que se encontram devidamente marcadas	
Propriedade _____	Área total (ha) _____
Freguesia _____	Área de Intervenção (ha) _____
Concelho _____	Processo de descortçamento (5) _____
Cortiça com _____ anos de criação.	

DOCUMENTOS ANEXOS		Conforme listagem que deverá solicitar	
1 - Qualidade do requerente	<input type="checkbox"/>	2 - Cartografia	<input type="checkbox"/>
3 - Memória descritiva	<input type="checkbox"/>	4 - PDM	<input type="checkbox"/>
5 - Licenças	<input type="checkbox"/>		

NÚMERO DE ÁRVORES A ABATER	
Sobreiros adultos _____	jovens _____
Azinheiras adultas _____	jovens _____

O signatário jura por sua honra que as declarações acima contidas correspondem à verdade. O signatário considera-se advertido e ciente de que as faltas declarações ou falsificação de documentos aqui cometidas são objeto de procedimento criminal, nos termos e para os efeitos, entre outros, dos arts. 359º e seguintes do Código Penal.

LOCAL E DATA

ASSINATURA

_____, ____/____/____

Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º _____ data ____/____/____

1 Proprietário, Rendeiro, Gestor, Administrador, etc.

Não sendo o proprietário, deverá o requerente juntar documento que prove poder proceder à prática em causa.

2 Sobreiros e/ou Azinheiras

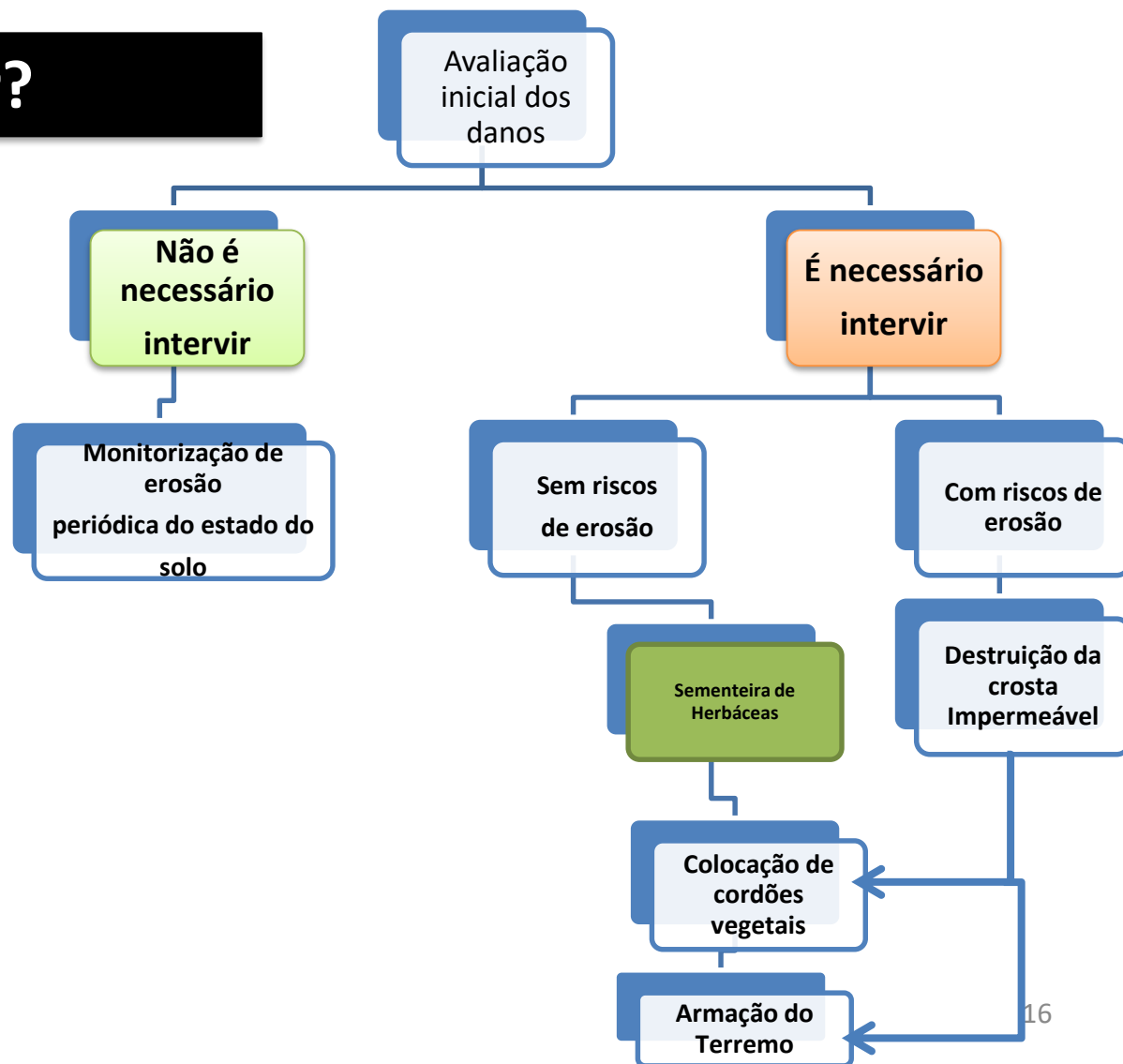
3 Corte de arvoredo disperso, Corte de conversão, Corte fitossanitário, Desbaste, Outros

4 Afetado por incêndio; Concorrência com cultura agrícola; Conversão para agricultura; Decrépitas; Defesa da floresta contra incêndios; Doentes; Excesso de densidade; Inutilização do solo; Secas; Substituição de espécie florestal; Outros (especificar)

5 Processo de descortçamento: Meças ou Pau Batido

Ao nível do solo

O que fazer?



Ao nível do Solo

O fogo destrói as plantas e a manta orgânica e deixa o solo exposto à erosão, tão mais grave quanto maior for o declive.

Destruição da crosta impermeável

Na eventualidade da sua formação:

- Efectuar sempre mobilizações ligeiras do solo;
- Quando o declive não permita o uso de maquinaria ligeira, fazer passar um rebanho de gado ovino ou caprino.

Sementeira de herbáceas

- ✓ A utilizar quando não se preveja uma regeneração natural eficaz.
- ✓ Utilizar sementes de plantas com sistemas radiculares fibrosos;
- ✓ Efectuar sempre mobilizações ligeiras de solo.

Armação do terreno

- ❖ Abrir regos profundos e bem nivelados;
- ❖ Se a utilização de maquinaria significar a destruição de raízes e remoção de cepos, a preparação deve ser manual.

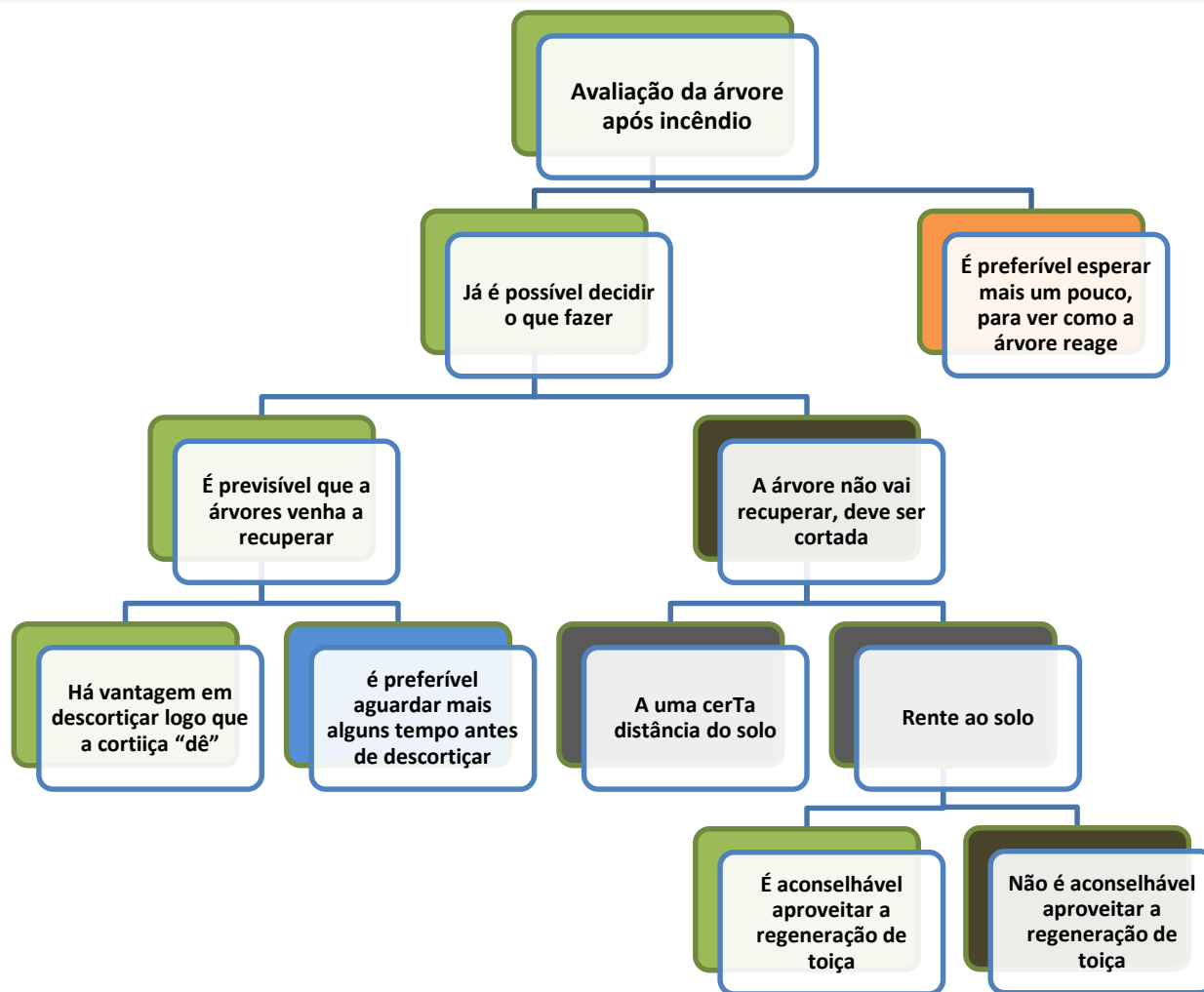
Ao nível do Solo

Colocação de cordões/barreiras vegetais

- ☐ Utilizar restos vegetais (ex. troncos de árvores mortas ou sem recuperação possível) de diâmetro superior a 15-20 cm;
- ☐ Dispor os troncos e outros materiais perpendicularmente à linha de maior declive;
- ☐ Apoiar bem os troncos no solo com recurso a cepos e a estacas;
- ☐ Colmatar com terra ou pedras os espaços vazios para evitar que a água passe entre os troncos;
- ☐ Caso se utilizem troncos de sobreiro queimado não retirar a cortiça pois a barreira durará mais tempo.



DIAGNÓSTICO – Avaliação inicial dos danos



O que fazer?

Árvores mortas e irremediavelmente atingidas pelo fogo

Sobreiros jovens
(< 40 anos e CAP < 90 cm)
Vigorosos antes do incêndio

Cortar rente ao solo, para aproveitar a regeneração por rebentação de toiça (no final do período de repouso vegetativo)

Depois de cortado volta a rebentar de toiça, emitindo vários rebentos, dos quais se seleciona, um, eliminando os restantes

Idade avançada
(> 60 anos e CAP > 130 cm)

Desaconselhável o aproveitamento da rebentação de toiça

Fazer regeneração artificial ou aproveitamento de regeneração natural proveniente de semente



O que fazer?

Árvores recuperadas mas com ramos mortos

Cortar os ramos mortos e se necessário reequilibrar a copa

Operação a realizar durante a época de poda (1 Nov a 31 de Mar)

Cuidados com a presença do gado

A presença pode retardar a regeneração de muitas espécies vegetais próprias do ecossistema

Evitar durante os primeiros meses após o incêndio, até à chegada da Primavera se o incêndio ocorreu durante o verão

O que fazer?

Os sobreiros queimados podem ser descortiçados?

**Com CAP
inferior a 70
cm**

Não podem

**Com CAP
maior ou
igual a 70 cm**

Não podem, logo após o incêndio

**Se o fogo tiver sido
ligeiro e os sobreiros
recuperarem,
passados um ou mais
anos já é possível**

**Cortiça com 9 ou mais anos de
criação, nada impede
legalmente a sua extração**

**Cortiça com menos de nove
anos de criação, é necessário
solicitar autorização ao ICNF**

Descortiçamento – Exigências Legais

Artigo 11º

Não é permitida a desbóia de sobreiros cujo perímetro do tronco medido sobre a cortiça a 1,30 m do solo seja inferior a 70 cm, excepto se proveniente de varas cujo corte foi autorizado em talhadia se extraída mediatamente antes do corte);



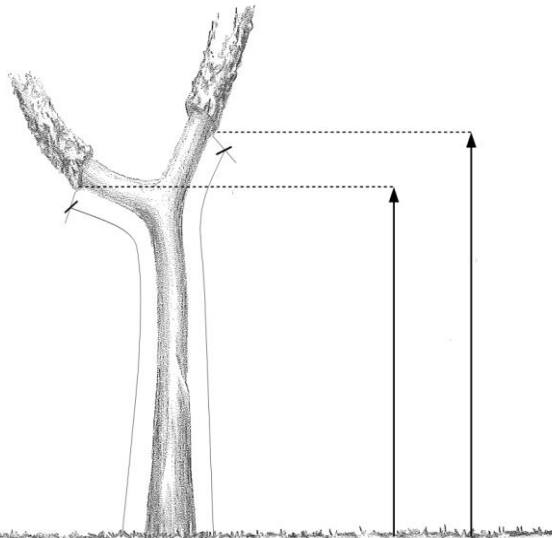
Artigo 12º

A altura do descortiçamento, medida ao longo do fuste e das pernas, não pode exceder:

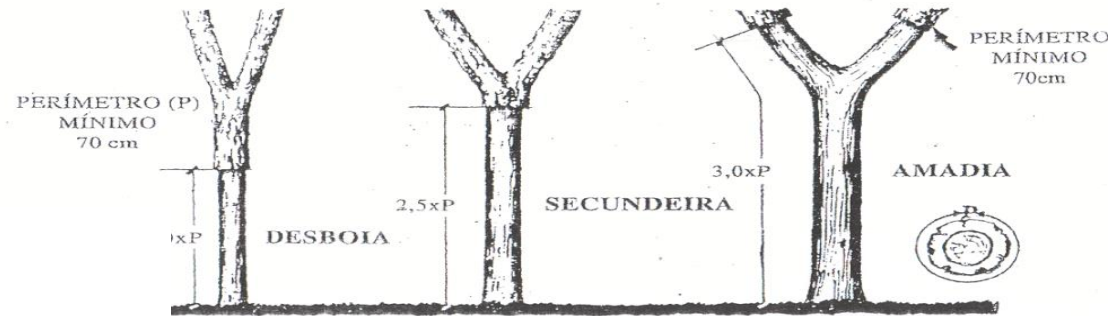
- ❖ **Duas vezes o perímetro do tronco, medido sobre a cortiça, a 1,30 m do solo, no caso de desbóia;**
- ❖ **Duas vezes e meia, no caso de extração de secundeira;**
- ❖ **Três vezes, no caso de extração de amadia.**

Descortiçamento – Exigências Legais

**SITUAÇÃO MAIS
FREQUENTE**



----- Limite do descortiçamento



SITUAÇÃO IDEAL

Cada conjunto pernada e respetivas braças e ramos deve ser tratado autonomamente.

Descortiçamento – Exigências Legais

Artigo 12º

- ❑ Proibida a extração de cortiça em fustes e pernas cujos perímetro, medido sobre a cortiça no limite superior do descortiçamento, seja inferior a 70 cm.**

Das duas normas – altura de descortiçamento e perímetro medido sobre a cortiça no limite superior do descortiçamento – aplica-se a mais restritiva.

- ❑ Os aumentos da altura do descortiçamento são feitos no ano da extração da cortiça amadia ou secundeira mais próxima ou no ano que a antecede, destina-se a impedir a criação de novas meças;**

No 2º caso, a meça criada pelo aumento será suprimida na tirada seguinte, altura em que a sua cortiça terá pelo menos 10 anos de criação.

Descortiçamento – Exigências Legais

Artigo 13º

OBRIGA:

À marcação do algarismo das unidades do ano do descortiçamento sobre a superfície descortificada de cada sobreiro ou, no caso de a extração ocorrer em manchas ou folhas, nos sobreiros que as delimitam, devendo ser feita no ato de extração.



À supressão de meças até 2030

Descortiçamento – Exigências Legais

Artigo 13º

PROÍBE:

- **A extração de cortiça amadia ou secundeira com idade inferior a 9 anos**

EXCEÇÕES SUJEITAS A AUTORIZAÇÃO:

- **Com 8 anos de criação para afolhamento das tiragens e supressão de meças**

Sem qualquer limite de quantidade, com indicação da área de intervenção, do n.º de árvores a descorticar prematuramente e apresentação de um plano de ordenamento bem como de cartografia que identifique a situação de partida e a situação após o ordenamento.

- **Com 8 ou 7 anos de criação se revelar características comprovadas por Norma Técnica.**

Com indicação da área de intervenção e do n.º de árvores a descorticar prematuramente devendo acompanhá-lo um plano de ordenamento, cartografia que identifique a situação de partida e a situação após o ordenamento e também provas do cumprimento das condições exigidas na Norma Técnica.

Descortiçamento – Exigências Legais

Artigo 13º

EXCEÇÕES SUJEITAS A AUTORIZAÇÃO (Cont.):

- ☐ **cortiça queimada com qualquer idade, após verificação da recuperação dos sobreiros.**

Prevê-se a extração parcial da cortiça em cada árvore, condicionada à apresentação de plano de ordenamento das tiradas, aprovado pelo ICNF, que garanta a supressão de meças até 2030.

NOTA: Esta possibilidade de extração parcial foi introduzido para diminuir a superfície a descorticar e, portanto, o choque do descortiçamento, mas dado ir criar novas meças e obrigar a plano de ordenamento, os produtores não se mostraram interessados.

COMO VERIFICAR A RECUPERAÇÃO?

Foi elaborado um **MANUAL DE CAMPO PARA AVALIAÇÃO DA RECUPERAÇÃO DE SOBREIROS AFECTADOS POR INCÊNDIO.**

Descortiçamento – Exigências Legais

Classe		Grau de Desfoliação	Percentagem de perca de folhas
0		Inexistente	$\leq 10\%$
1		Ligeiro	$> 10 - \leq 25\%$
Árvores Danificadas	2	Moderado	$> 25 - \leq 60\%$
	3	Severo	$> 60 - \leq 95\%$
	4	Árvore morta	$> 95\%$

Uma árvore com desfoliação $\leq 25\%$ é uma árvore ligeiramente danificada ou não e situa-se nas classes de danos chamadas “classes de aviso”.

Será, pois, até um máximo de 25% de desfoliação que os sobreiros serão considerados como recuperados.

Precaução adicional – Quando sejam de rezear as consequências de condições climáticas de seca extrema ou severa, deve ser posto especial cuidado na avaliação e, em caso de dúvida, classificar o sobreiro como danificado (desfoliação $> 25\%$).

REQUERIMENTO DE EXTRACÇÃO DE CORTIÇA QUEIMADA COM IDADE INFERIOR A 9 ANOS

Obter formulário no Portal do ICNF:

<http://www.icnf.pt/portal/icnf/serv/formularios/sobr-azinh>

REQUERIMENTO EXTRACÇÃO DE CORTIÇA

EMISSION	UO	NÚMERO	REC/NNN/AAAA
		DATA	DD / MM / AAAA
A preencher pelo Serviço Recetor			
Registo de Entrada			

IDENTIFICAÇÃO		preenchimento obrigatório	
NOME			
RESIDÊNCIA			
CÓDIGO POSTAL			
TELEFONE		Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	

DESCRIÇÃO	
O Requerente acima identificado, na qualidade de (1) _____, solicita a V. Ex.ª autorização para proceder à extração de cortiça com menos de 9 anos de criação na:	
Propriedade _____	Área de Intervenção (ha) _____
Freguesia _____	Processo de descortçamento (2) _____
Concelho _____	Cortiça com _____ anos de criação.
Motivo (3) _____	Data previsível de descortçamento ____ / ____ / ____
Nº de sobreiros _____	

DOCUMENTOS A ANEXAR
<ul style="list-style-type: none"> Delimitação cartográfica ou fotocópia do P3 Plano de ordenamento das tiradas, quando exigível

O signatário jura por sua honra que as declarações acima contidas correspondem à verdade. O signatário considera-se advertido e ciente de que as faltas declarações ou falsificação de documentos aqui cometidas são objeto de procedimento criminal, nos termos e para os efeitos, entre outros, dos art.ºs 359º e seguintes do Código Penal.

LOCAL E DATA	ASSINATURA
_____, ____ / ____ / ____	_____
Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º _____ data ____ / ____ / ____	

1 Proprietário, Rendeiro, Gestor, Administrador, etc.
Não sendo o proprietário, deverá o requerente juntar documento que prove poder proceder à prática em causa.
2 Processo de descortçamento: Meças ou Pau Batido
3 Ordenamento da Exploração, Qualidade da Cortiça, Cortiça Queimada.

ICNF – Relatório de Estabilidade e Emergência

Quadro 5 - MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio (operações com escala territorial relevante) Portaria nº 134/2015, artigo 21º

1- Incêndio de Azinheira dos Barros

Área (ha)	2.354,4	Data início	30-06-2017
Concelho	Grândola, Santiago do Cacém	Data fim	13-06-2017
Distrito	Setúbal	NUTS III	ALENTEJO LITORAL

2 - Parcelas de intervenção

Parcela n.º	Única
Área (ha)	2.354
Local	Várzea
Freguesia	Várzea
Concelho	Grândola, Santiago do Cacém

Elemento fisiográfico do terreno

Encostas	X
Linhas de água	X
Rede viária	X
Outro	X

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas

Recuperação e tratamento de rede viária
 Recuperação de troços de rede primária e secções de rede secundária de FGC
 Recuperação de pontos de água
 Recuperação de cercas para proteção dos povoamentos
 Substituição de sinalização danificada

Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
km	0,0		0,00 €
hectare	7,9	500,00 €	3.950,00 €
m²	0		0,00 €
hectare	0,0		0,00 €
m²	25	5,00 €	125,00 €
m²	1	100,00 €	100,00 €
			4.155,00 €

Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas

Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais
 Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros
 Abertura de regos segundo curvas de nível
 Rompimento da camada do solo repelente à água
 Tratamento do solo para melhoria das suas características

hectare	0,0		0,00 €
hectare	79,9	650,00 €	51.915,50 €
hectare	0,0		0,00 €
hectare	0,0		0,00 €
hectare	0,0		0,00 €
			51.915,50 €

Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água

Regularização do regime hidrológico das linhas de água
 Obras de correção torrencial de pequena dimensão

hectare	5,0	2.000,00 €	10.000,00 €
m²	0		0,00 €
			10.000,00 €

Diminuição da perda de biodiversidade

Aproveitamento da regeneração natural
 Instalação, através de sementeira ou plantação
 Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustível
 Controlo de espécies invasoras
 Aquisição e instalação de proteções individuais de plantas
 Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem

hectare	0,0		0,00 €
hectare	5,0	1.950,00 €	9.750,00 €
hectare	0,0		0,00 €
hectare	0,0		0,00 €
m²	0		0,00 €
m²	72	50,00 €	3.600,00 €
			13.350,00 €

Total

79.420,50 €

4- Observações: Os valores unitários são valores máximos que devem ser aferidos com o custo real da operação ajustada a cada situação.

AVISO PDR 2020 – N.º 6 / Operação 8.1.4 / 2017

Estabilização de Emergência Pós-Incêndio

**(Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio, alterada pela
Portaria n.º 233/2016, de 29 de Agosto)**

OBJETIVOS E PRIORIDADES VISADAS

- a. Restabelecer o potencial florestal e infraestruturas de proteção danificados por agentes abióticos através da estabilização de emergência.**

Algumas referências sobre recuperação de sobreiros queimados



Regeneração e Recuperação de Sobreirais Queimados

Autores

JOSÉ BERDÓN BERDÓN
CARLOS BERNAL CHACÓN
ENRIQUE CARDILLO AMO
MANUEL ENCINAS BARBADO

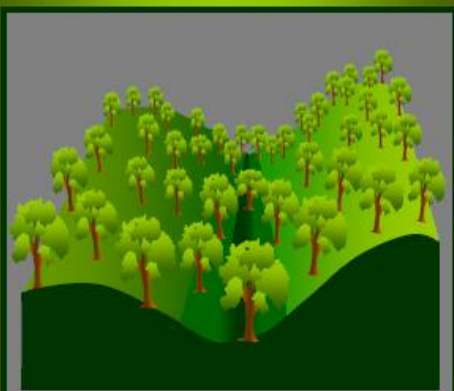
Colaboradores:

ÁNGEL ACEDO RODRÍGUEZ
RAÚL LANZO PALACIOS
ADRIÁN MONTERO CALVO
MÓNICA MURILLO VILANOVA
RAMÓN SANTIAGO BELTRÁN

SUBERVIN
www.subervin.eu

CICYTEX
CENTRO DE INVESTIGACIONES
CIENTÍFICAS Y TECNOLÓGICAS
DE EXTREMADURA
GOBIERNO DE EXTREMADURA

BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO
EM SOBREIRO E AZINHEIRA



Ministério
da Agricultura,
Pesca e Florestas

DGRF
Direção-Geral
de Recursos Florestais

**SOBREIROS
QUEIMADOS**

**O QUE
FAZER**

2ª EDIÇÃO